


A gordofobia no gênero notícia em uma análise textual-discursiva da representação discursiva e da responsabilidade enunciativa /

Fatphobia in the news: a textual-discursive analysis of discursive representation and enunciative responsibility


*Roberta Guimarães de Godoy e Vasconcelos**

Doutoranda em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros/RN, e mestre em Linguística pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Professora de língua inglesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão/PE).

 <http://orcid.org/0000-0003-1664-193X>

*Rosângela Alves dos Santos Bernardino***

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Professora adjunto no Departamento de Letras Estrangeiras, atuando na área de Linguística, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros, RN.

 <http://orcid.org/0000-0001-7812-4829>

*Maria Eliete de Queiroz****

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Professora adjunto VI do Departamento de Letras Estrangeiras, atuando na área de Linguística, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros, RN.

 <http://orcid.org/0000-0002-2369-6093>

Recebido em: 28 jun. 2022. **Aprovado** em: 30 jul. 2022.

Como citar este artigo:

VASCONCELOS, Roberta Guimarães de Godoy e; BERNARDINO, Rosângela Alves dos Santos; QUEIROZ, Maria Eliete de. A gordofobia no gênero notícia em uma análise textual-discursiva da representação discursiva e da responsabilidade enunciativa. *Revista Letras Raras*, v. 11, n. 3, p. 241-269, out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8170002>

*

 robertaggv@gmail.com

**

 rosangelabernardino@uern.br

 elietequeroz@uern.br

RESUMO

Este artigo analisa o modo como se manifesta a representação discursiva (Rd) e a (não) assunção da responsabilidade enunciativa (RE) em uma notícia sobre um episódio de gordofobia publicada na revista Claudia, em fevereiro de 2020, considerando a gestão dos pontos de vista (PDV) no texto pelo locutor-enunciador primeiro (L1/E1). Para isso, articulamos os planos de análise do texto e do discurso, com foco nas dimensões semântico-pragmática, enunciativa e sociodiscursiva, sob a ancoragem da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2019, 2011, 2010) e da teoria do ponto de vista (RABATEL, 2016a, 2016b). O trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo de caso, seguindo uma abordagem qualitativa, e norteou-se pelas seguintes categorias: a referenciação e a modificação, para análise das Rd; as modalidades e as indicações de quadros mediadores, para análise da RE; as formações sociodiscursivas e o interdiscurso, para compreensão da posição ideológica do L1/E1 e da relação entre as vozes reportadas no texto. Na análise, mostramos que a gestão das vozes pelo L1/E1 é, de um lado, prototípico do gênero notícia, nos momentos em que essa instância discursiva focaliza outros enunciativos e atribui a eles a responsabilidade pelo conteúdo dos PDV; mas, de outro lado, as escolhas lexicais (referenciais e modificadores), a organização dos signos linguísticos (verbais e imagéticos) orientam argumentativamente o texto, conduzindo o interpretante a perceber as diferentes Rd e os elos de responsabilização do L1/E1 com o PDV da vítima do episódio de gordofobia e com aqueles que se manifestaram em seu apoio e acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE: Notícia; Pontos de vista; Representação discursiva; Responsabilidade enunciativa; Gordofobia.

ABSTRACT

This article aims to analyse how the discursive representation and the (non) assumption of enunciative responsibility are manifested in a piece of news about a fatphobia episode published in Claudia magazine in February, 2020, considering the management of points of view in the text by the first speaker-enunciator (S1/E1). For this, we assume a perspective which articulates the analysis plans of the text and the discourse, focusing in the semantic-pragmatic, enunciative and sociodiscursive, under the approach of the Textual Discursive Analysis (ADAM, 2019, 2011, 2010) and the point of view theory (RABATEL, 2016a, 2016b). The paper was developed from a case study, following a qualitative approach and was based in the following categories: referencing and modification to the DRs; and the modalities and the indication of mediation charts to the ER; the socio-discursive analysis and interdiscourse, to understand the ideological position of S1/E1 and the relation of voices reported in the text. In the analysis, we show that the management of voices by the S1/E1 is, on one hand, prototypical of the genre, when this discursive instance focuses on other enunciativos and assigns them the responsibility for the content of the POV; but, on the other hand, the lexical choices (referential and modifiers), the organization of linguistic signs (verbal and imagery) argumentatively guide the text, leading the interpretant to perceive the different DRs and the links of responsibility between S1/E1 and the POVs of the victim of the fatphobia episode and with those who expressed their support and acceptance.

KEYWORDS: News; Viewpoints; Discursive representation; Enunciative responsibility; Fatphobia.

1 Introdução

Este trabalho foca na problemática de como se dá a construção interacional dos pontos de vista na mídia jornalística brasileira sobre os diferentes acontecimentos sociais que nos cercam, dando atenção particular ao “papel do enunciativo”, no sentido como compreende Rabatel (2016a, 2016b, 2013, 2009), por ser em função desta instância discursiva que podemos analisar, entre muitos outros aspectos, o desdobramento polifônico dos enunciados, as representações dos objetos do discurso e a responsabilidade enunciativa, tal como propõe Adam (2011).

O olhar para essa problemática se deve ao pressuposto de que a maneira de construir esse tipo de conhecimento (a informação jornalística) interfere na forma como os sujeitos se

posicionam diante dos fatos. Em outras palavras, pressupomos que as estratégias discursivas do locutor-enunciador afetam as ações dos seus interlocutores e que a leitura qualitativa e crítica da informação pode permitir que esses indivíduos, enquanto sujeitos interpretantes, possam galgar uma melhor posição nas relações desiguais de saber/poder.

O meio institucionalizado para nos mantermos informados dos acontecimentos de diversas naturezas (políticos, econômicos, sociais etc.) ainda é a mídia jornalística. Com a popularidade das mídias sociais digitais, fomos apresentados a novas formas de propagação de noticiários e a novas maneiras de interagir com o seu conteúdo, uma vez que as mídias impressa, radiofônica e televisiva passaram a conviver com a forma *online*. Temos à disposição os mais variados portais digitais de notícia (nacionais, regionais, locais, sejam eles grandes ou de pouco renome, sérios ou amadores), além de páginas, *blogs*, canais, *podcasts* etc., os quais, em razão da plataforma onde estão abrigados, permitem reações do tipo curtir, comentar, compartilhar, salvar, entre outras.

Tendo em vista a natureza da linguagem, sabemos que nenhum discurso é neutro. Sendo assim, os discursos que circulam nos meios de comunicação também são construídos a partir de uma determinada intenção ideológica e se inscrevem em determinado posicionamento axiológico (VOLÓCHINOV, 2017), caracterizando um tipo de saber que produz efeitos de poder (CHARAUDEAU, 2013). Sabemos, também, que a produção do discurso nesses meios de comunicação não está isenta da crítica social, pois, além de se poder questionar que competência tem tal mídia ou tal profissional para informar, hoje em dia se pode requerer que um jornal possa rever seus próprios sistemas de valores.

No contexto das mídias sociais digitais, por exemplo, tem sido cada vez mais frequentes as situações de retratação por parte dos veículos de informação diante de um ato de discurso considerado de mal tom pelos interlocutores. A própria mídia jornalística brasileira tem sido, muitas vezes, acusada de atender a interesses de determinados grupos, principalmente quando aborda situações polêmicas que tratam de minorias sociais ou de situações de preconceito. Os profissionais da mídia jornalística podem ser alvos, inclusive, do que tem sido designado hoje como “cultura do cancelamento”, uma espécie de punição nas e pelas redes sociais, não somente dirigida a figuras do meio artístico, celebridades, mas também a outras pessoas conhecidas ou famosas.

Podemos afirmar, então, que a qualidade de acesso ao conhecimento fica cada vez mais evidente com a disseminação de informações e *links* dos mais diversos assuntos via redes sociais,

já que qualquer indivíduo com rede *wi-fi* pode acessar as informações, compartilhá-las e opinar publicamente sobre os fatos. Desse modo, a mídia, por meio das redes sociais, tem um papel de destaque na veiculação de notícias e na discussão de temas de interesse geral.

É exatamente por não assumirmos “um ponto de vista ingênuo a respeito da informação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 34) – o de acreditar na transparência ou, de modo mais geral, na correspondência biunívoca entre a linguagem e a realidade, como se esta fosse evidente –, que pensamos ser relevante refletirmos sobre a natureza da não-transparência e não-evidência do ponto de vista do locutor (instância que noticia o fato), uma vez que este não apenas profere as informações, mas também se assimila aos enunciadores que coloca em cena no texto da notícia; portanto, se posiciona, argumenta e, conseqüentemente, exerce efeitos particulares de saber/poder no meio social.

Pensar nos gêneros informativos e jornalísticos, grupo do qual o gênero notícia faz parte, requer pensar, pois, em objetividade e imparcialidade. No entanto, ao acreditarmos que nenhum discurso é imparcial, estando sempre carregado de intenções do locutor-enunciador, propomos colocar em destaque, neste trabalho, a relação entre ponto de vista, representação discursiva e responsabilidade enunciativa, a partir dos pressupostos teóricos da Análise Textual dos Discursos – ATD, entendendo, conforme Adam (2011, p. 113), que “toda representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [...] e que o valor ilocucionário derivado da orientação argumentativa é inseparável do vínculo entre o sentido de um enunciado e uma atividade enunciativa significativa” que o texto convida a (re)construir.

A responsabilidade enunciativa repousa como elemento inseparável nesta relação, dado que todo ponto de vista pressupõe uma instância discursiva que assume o seu conteúdo proposicional ou o imputa a uma outra instância, cabendo-lhe, por sua vez, tomar uma posição no discurso, nem que seja a da suposta neutralidade, teoricamente possível, mas que não dura muito tempo (RABATEL, 2009).

Nessa direção, não sendo os primeiros que tomam um gênero do discurso midiático como objeto de estudo, delimitamos como objetivo geral para este trabalho analisar o modo como se manifesta a representação discursiva (Rd) e a (não) assunção da responsabilidade enunciativa (RE) em uma notícia¹ sobre um episódio de gordofobia publicada na revista *Claudia*, em fevereiro

¹ A notícia faz parte de um conjunto de textos jornalísticos a respeito da temática gordofobia, selecionado para a constituição do *corpus* da pesquisa de doutoramento de uma das autoras do presente artigo, mas a qual não recebeu tratamento analítico sob o viés proposto aqui.

de 2020. Mais precisamente, focalizamos a gestão dos pontos de vista (PDV) no texto pelo locutor-enunciador primeiro (L1/E1), verificando como essa instância discursiva manifesta o apagamento enunciativo frente à objetividade da linguagem à qual tem que se assujeitar na esfera jornalística, mas como, ao mesmo tempo, dá sinais de seu posicionamento subjetivo, pelas escolhas linguísticas feitas.

Além da ancoragem na ATD (ADAM, 2019, 2011, 2010), orientamo-nos pela teoria do ponto de vista (RABATEL, 2016a, 2016b, 2013, 2009) e estabelecemos diálogo com as reflexões bakhtinianas a respeito da natureza ideológica do signo, do dialogismo e dos gêneros do discurso, bem como com estudiosos que se filiam a essas perspectivas teóricas. Em termos metodológicos, o trabalho é de natureza qualitativa e foi desenvolvido a partir de um estudo de caso. Assumimos uma perspectiva que articula os planos de análise do texto e do discurso, centrando o foco nas dimensões semântico-pragmática, enunciativa e sociodiscursiva, norteando-nos pelas seguintes categorias: a referência e a modificação, para análise das Rd; as modalidades e as indicações de quadros mediadores, para análise da RE; as formações sociodiscursivas e o interdiscurso, para compreensão da posição ideológica assumida pelo L1/E1, bem como da relação entre as vozes reportadas na materialidade do dizer e as condições sócio-históricas de produção dos sentidos.

Nas páginas seguintes, trazemos primeiramente uma síntese dos conceitos e postulados teóricos assumidos como basilares, apontando os desdobramentos metodológicos para o trabalho; na sequência, uma contextualização das condições de produção da notícia recortada como *corpus* de análise; depois, fizemos a análise textual-discursiva da produção de sentidos, centrada na dimensão interacional dos pontos de vista, sendo esta seção sucedida por nossos comentários conclusivos.

2 Ancoragem teórico-metodológica

Por uma questão de limitações de espaço, alguns conceitos e postulados norteadores deste trabalho são retomados de forma integrada à seção de análise do *corpus*, especialmente os que se referem a uma concepção dialógica e ideológica da linguagem. A outra razão é por considerarmos que os dois quadros teóricos dos quais adotamos as categorias de análise – a ATD e a abordagem enunciativa e pragmática dos pontos de vista – são influenciadas pela compreensão interacionista de linguagem pensada nos escritos bakhtinianos e do Círculo. Isso fica evidente, a título de demonstração, nas seguintes passagens do trabalho de Adam (2011):

Essa operação de construção interpretativa [retomando a análise da obra de Breton] do sentido de um enunciado passa por um movimento que vai de um texto a outro, de textos a textos, em um conjunto definido de *corpus* de textos. Esse *corpus* de textos é construído na análise de uma rede, dando aos enunciados um sentido que excede aos limites do texto. (ADAM, 2011, p. 58). [...] um enunciado elementar liga-se a um ou a vários outros e/ou convoca um ou vários outros em resposta ou como simples continuação. (ADAM, 2011, p. 109).

Ao tratar a respeito dos instrumentos enunciativos do ponto de vista, Rabatel (2016a, p. 87) assume explicitamente a inscrição de seus trabalhos no campo do dialogismo, afirmando: “[...] os discursos são sempre atravessados pela fala dos outros, construídos com e contra eles, no dialogismo interlocutivo e interdiscursivo”. O autor admite essa dimensão social de todo discurso e, ao mesmo tempo, seu caráter singular, tal como podemos atestar nas seguintes palavras:

Mas o próprio fato de que, em seu discurso, um locutor/enunciador ecoe em um certo PDV diferente, em um tal PDV coletivo, em um tal PDV dóxico, não exclui que a dimensão radicalmente socializada dos intercâmbios passe por sua voz... mesmo se ela a ultrapasse. Em consequência, quando apontamos para a origem singular dos enunciadores, isso não pode ocorrer negando-se a dimensão social de seus discursos, mas, pelo contrário, com o propósito de melhor pensar os delineamentos discursivos da dialética do singular e do social no próprio cerne da fala. (RABATEL, 2016a, p. 87-88).

Nesse sentido, ao seguirmos as postulações destes autores, estamos em consonância com o dialogismo bakhtiniano, entendendo que o discurso “nasce” na relação com outros discursos, em resposta a eles, constitutivamente, “pois todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. [...]” (BAKHTIN, 2002, p. 86).

Entendemos, assim, que a enunciação é uma atividade concreta e não uma abstração linguística, sendo sua característica mais fundamental resultar do processo de interação social, realizado por sujeitos situados historicamente (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 2011). O enunciado, por sua vez, enquanto produto da enunciação e unidade da comunicação humana, constitui-se como “um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido.” (BAKHTIN, 2011, p. 289).

A visão de Bakhtin e do Círculo nos orienta ainda para uma compreensão do signo e da consciência como sendo de natureza interindividual e socioideológica, porque “tudo o que é dito,

o que é expresso se encontra fora da ‘alma’ do falante, não pertence apenas a ele” (BAKHTIN, 2011, pp. 327-328). Nesse contexto, apreendemos que “a morada” da palavra não é a mente (correspondente à concepção saussuriana de língua como tesouro depositado na mente de cada indivíduo pela prática da fala), ou a consciência (psicológica) de qualquer indivíduo (relacionada à concepção gerativista de língua como um saber internalizado ou competência decorrente de um dispositivo inato, instalado no cérebro por dotação genética), mas sim o grupo social, afinal a própria consciência individual é um fato social e ideológico, de tal modo que “se privarmos a consciência do seu conteúdo sógnico e ideológico, não sobrará absolutamente nada dela” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 98).

Dito isto, passamos a uma síntese que coloca em relação dialógica os dois quadros teóricos norteadores do presente trabalho, a ATD e a abordagem do ponto de vista, especificando os conceitos que mais diretamente nos interessa.

3 A análise textual dos discursos

A Análise Textual dos Discursos (ATD) é uma teoria da produção co(n)textual de sentidos proposta por Jean-Michel Adam, pesquisador com vasta experiência e produção científica na área, conhecido largamente pelos seus trabalhos sobre sequências textuais. A ATD é fundada na ideia de que o texto, sendo um objeto empírico complexo, poderia justificar o recurso a diferentes teorias para sua descrição, mas Adam (2011) julga ser necessário a existência de uma teoria desse objeto integrada ao domínio mais vasto do discurso em geral.

Segundo o autor, a ATD se trata de uma teoria de conjunto “com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias.” (ADAM, 2011, p. 24). O termo “conjunto” indica a articulação proposta com outras ciências da linguagem, cujos conceitos são eventualmente tomados de empréstimo, mas sugere principalmente a ideia de que tais conceitos são redefinidos em um “novo quadro” teórico e com uma “indispensável coerência.” (ADAM, 2011, p. 25). Já o termo “co(n)texto” é empregado pelo autor para advertir que “a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (co-texto) como na operação de contextualização, que consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o enunciado considerado”. (ADAM, 2011, p. 53).

De um ponto de vista teórico-metodológico, a ATD se insere como um subdomínio da Análise de Discurso (AD), aproximando-se mais especificamente do modelo de AD praticado por

Dominique Maingueneau. Desse modo, propõe separar e ao mesmo tempo complementar as tarefas da Linguística Textual (LT) e desse quadro mais amplo de análise das práticas discursivas, o que é dado pela articulação de seus objetos de estudo. Na ATD, o texto passa a ser examinado enquanto prática discursiva situada historicamente, sendo inseparável das condições de produção e do gênero que o regulam.

Ainda em termos metodológicos, Adam (2011, p. 61) distingue 08 (oito) “níveis ou planos da análise textual e da análise de discurso”, também chamados de “patamares” de análise (ADAM, 2019, p. 35). Cada nível (Fig. 1, a seguir) representa determinada dimensão do texto ou do discurso, e nisso reside a distinção entre um e outro, mas o que não deve induzir à ideia de dissociação, pois na vida da linguagem simplesmente não é possível dissociar o texto da atividade discursiva e das regulações do gênero que operam sobre ele. Entendemos, assim, que os objetivos da análise podem justificar o foco em algum dos níveis, sem que isso incorra erroneamente numa redução. Qualquer que seja o enfoque, mais textual e ou mais discursivo, requer do analista que se tome os dois objetos, o texto e o discurso, em seu contexto social de produção.

Tendo isso em conta, na análise do *corpus* deste trabalho centramos nossa atenção tanto nos níveis do texto quanto nos níveis do discurso, conforme especificados abaixo:

Figura 1: Níveis ou planos de análise do texto e do discurso.



Fonte: Adam (2011, p. 61).

Assim, consideramos a notícia em seu co(n)texto de produção, como um ato de linguagem que visa a uma ação, projetada sobre seus interlocutores (N1 e N2), relacionada a um lugar social

dado, e, portanto, ligada as determinadas formações sociodiscursivas, tendo sua realização concreta a partir de um texto, o qual, por sua vez, atende às estabilizações normativas do gênero, em todos os seus aspectos (N3). O texto da notícia, cujas possibilidades de sentidos são construídas em função dessas condições de produção, apresenta uma textura (N4, composta de proposições, enunciados e períodos), uma estrutura composicional (N5, formada pelas sequências e plano de texto), um conteúdo semântico (N6, que constrói a representação discursiva), uma dimensão enunciativa (N7, na qual se situa a responsabilidade enunciativa e coesão polifônica) e, também, uma força ilocucionária (N8, responsável pelos atos de discurso e pela orientação argumentativa).

Nessa direção, pretendemos refletir sobre as implicações da construção do texto jornalístico, especificamente do gênero notícia, quanto aos procedimentos de apagamento enunciativo, relacionados ao caráter de “enunciação objetivante” (RABATEL, 2016a) própria desse gênero, mas também sobre o quanto a gestão particular das vozes e as escolhas linguísticas do locutor-enunciador são reveladoras de uma posição subjetiva diante dos pontos de vista imputados a outrem, e como isso (não) é marcado no texto, tendo em vista os propósitos comunicativos.

Na dimensão do texto, nosso enfoque recai sobre os níveis semântico e enunciativo, no que diz respeito à representação discursiva e à responsabilidade enunciativa, como também no N8, por considerarmos o papel das escolhas do locutor-enunciador para a orientação argumentativa dos enunciados e sua força ilocucionária. Na dimensão do discurso, dentro das condições mais amplas de produção, as formações sociodiscursivas e o interdiscurso ganham maior relevo na nossa análise.

A seguir, tratamos de modo mais preciso sobre as duas categorias centrais da análise, de maneira integrada à noção de ponto de vista.

4 Representação Discursiva

Atualmente, vivemos um processo de desconstrução de conceitos e paradigmas pré-estabelecidos nas diversas situações sociodiscursivas em que estamos inseridos. Essa desconstrução traz à tona debates a respeito do corpo, raça, gênero, sexualidade, nas mais diversas circunstâncias comunicacionais. Interessa-nos, particularmente, os embates e pontos de vista trazidos por meio da mídia, a fim de entendermos melhor como isso ocorre nessa esfera da sociedade contemporânea.

Tendo essa problemática em mente, retomamos primeiramente Orlandi (2007), em resposta à questão da construção de sentidos, na relação que se estabelece com uma dada formação discursiva: “[...] podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.” (ORLANDI, 2007, p. 42-42). Dessa forma, a posição ideológica do locutor-enunciador (jornalista, no contexto específico deste artigo) e o processo sócio-histórico (do debate mais contemporâneo sobre questões relativas ao corpo) é que vão contribuir para a construção de representações discursivas.

A representação discursiva (Rd) está situada entre as dimensões da proposição-enunciado, no nível semântico da análise textual proposta por Adam (2011), tal como fica claro nesta passagem da sua obra:

toda proposição enunciada possui um valor descritivo, a atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. Esse microuniverso semântico apresenta-se, minimamente, como um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal, mas, de um ponto de vista semântico, uma proposição pode, muito bem, reduzir-se a um nome e um adjetivo. (ADAM, 2011, p. 113-114).

A proposição, citada pelo autor, é uma afirmação, que liga um nome a um verbo ou adjetivo, resultante de uma atividade discursiva de referenciação. Essa Rd é construída pelo locutor-enunciador segundo uma intencionalidade e de acordo com sua forma de se relacionar no mundo, com sua cultura:

É o interpretante que constrói a Rd a partir dos enunciados (esquematisação), em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais [...]. (ADAM, 2011, p. 114).

No entanto, determinada Rd desejada pelo locutor-enunciador só será assimilada pelo interlocutor quando este entender os objetivos daquele e o contexto da enunciação. Ou seja, a Rd só será confirmada ou não, dependendo dos conhecimentos prévios a serem ativados durante a interpretação textual.

Neste artigo, o enfoque foi dado, especificamente, a duas categorias textuais da Rd, a referenciação e a modificação (situada na predicação), tal como delimitamos no quadro abaixo:

Quadro 1: Categorias da representação discursiva: referenciação e modificação

CATEGORIA	CONCEITUAÇÃO	MARCAS LINGUÍSTICAS
A referenciação	<ul style="list-style-type: none">- É uma atividade linguageira realizada pelos sujeitos através dos textos.- Resulta de um processamento estratégico dinâmico cujo desenvolvimento discursivo e intersubjetivo expressa acordos e desacordos.- É a designação dos referentes (coisas, objetos, sujeitos de ações, processos), por isso tem a propriedade de nomear os participantes do processo da ação verbal.	Substantivos e pronomes que se referem ao sujeito da proposição.
A modificação	<ul style="list-style-type: none">- Faz jus às qualidades atribuídas aos referentes (objetos de discurso) estabelecidos pela referenciação.- Apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes quanto das predicções, podendo ser subdividida em modificação da referenciação e modificação da predicção.	Classe ou expressões de qualificação e atributos. Adjetivos e circunstâncias verbais.

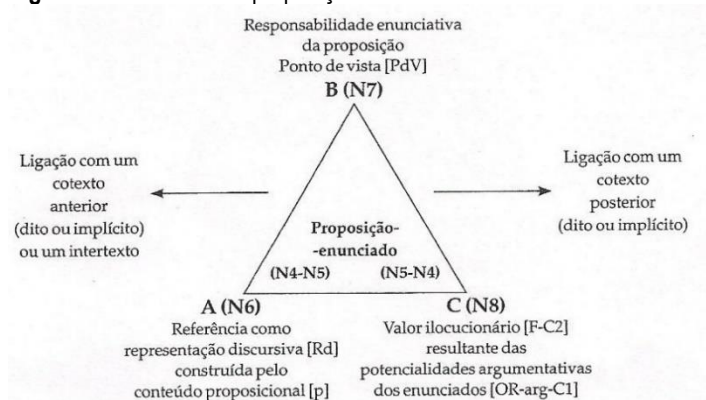
Fonte: elaborado pelos autores do presente artigo, com base em Autor (ano).

A escolha da referenciação se dá por ser ela que faz a introdução ou retomada dos enunciadores presentes na notícia, ou seja, evidencia como esses sujeitos interagem em relações de acordo, desacordo ou “neutralidade”. Já no caso da modificação, é a categoria que vai apresentar as características atribuídas aos sujeitos presentes no texto, e a consequente construção de uma imagem, o que vale para nossa reflexão acerca do discurso sobre o corpo gordo

5 Responsabilidade enunciativa

Assim como a representação discursiva, a responsabilidade enunciativa (RE) e o ponto de vista são dimensões da proposição-enunciado (Fig. 2), esta que é, segundo Adam (2011), uma microunidade sintático-semântica ou unidade textual elementar distinta da frase (objeto da análise gramatical), por marcar a natureza do produto de uma enunciação (enunciado) e por estar constitutivamente ligada a outros enunciados:

Figura 2: Dimensões da proposição-enunciado.



Fonte: Adam (2011, p. 111).

A proposição-enunciado é concebida, então, segundo critérios linguísticos (sintáticos), mas também semântico-pragmáticos e enunciativos. Nesse sentido, ela é um enunciado mínimo, a expressão de um ponto de vista efetivamente realizado em contexto que constrói representações discursivas dos objetos do discurso e cumpre um papel fundamental na orientação argumentativa do texto, em decorrência de seu valor ilocucionário. Ao focarmos nossa análise na RE, preocupamo-nos não somente com a identificação da instância enunciativa na origem dos pontos de vista, como também, e principalmente, com as operações linguísticas realizadas pelo L1/E1 na materialidade textual para sinalizar o grau de envolvimento com o conteúdo da proposição-enunciado e para construir representações discursivas dos objetos do discurso.

Segundo o quadro teórico aqui em destaque, a RE e o ponto de vista (PdV, abreviação de Adam) não se separam, estando, portanto, no âmbito da polifonia. Ao gerenciar as vozes no texto, “os enunciados podem, assim, não ser assumidos pelo locutor-narrador” (ADAM, 2011, p. 115), pois esta instância pode atribuí-los ao PdV de um outro enunciator e a uma outra fonte, sinalizando isso de diferentes maneiras, com unidades da língua em certas porções do texto. Nesse caso, o L1/E1 se exime da responsabilidade, seja por ligação das proposições a um PdV anônimo da opinião comum ou por atribuição a uma “autoridade”, “testemunha”, “cidadão”, entre outras fontes, expressando assim o fenômeno do mediativo, que, segundo Guentchéva (1994), significa que determinada zona textual está sob a dependência de uma outra fonte do saber (mediação epistêmica) ou de percepção (mediação perceptiva).

Então, é possível ao L1/E1 demarcar o distanciamento enunciativo em relação ao PdV de uma outra instância, em função de determinados propósitos argumentativos, como o de refutação

desse PdV, pretendendo limitar sua verdade. As unidades da língua capazes de marcar o grau de RE de uma proposição são agrupadas por Adam (2011) nas seguintes categorias: os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diferentes tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores, os fenômenos de modalização autonímica, as indicações de um suporte de percepção e de pensamentos relatados.

Cada uma dessas categorias nos dá abertura para o diálogo com outras abordagens do campo da linguagem, daí o nosso recurso às reflexões teóricas de Rabatel (2017, 2016a, 2016b, 2013, 2009) a respeito do ponto de vista (abreviado PDV pelo referido autor), que é uma noção designada no âmbito da linguística como “todo enunciado que predica informações sobre não importa que objeto do discurso, dando não apenas informações sobre o objeto (relativos à sua denotação), mas também, sobre a forma como o enunciador observa o objeto, expressando, assim, um PDV”. (RABATEL, 2017, p. 43). O autor diz fundamentalmente que “[...] analisar um ponto de vista é recuperar, de uma parte, os contornos de seu conteúdo proposicional e, de outra, sua fonte enunciativa, inclusive quando esta é implícita, a partir de atribuição dos referentes e dos agenciamentos das frases em um texto [...]”. (RABATEL, 2016a, p. 71).

Entre muitos outros aspectos que poderíamos retomar aqui, é especialmente relevante entendermos que

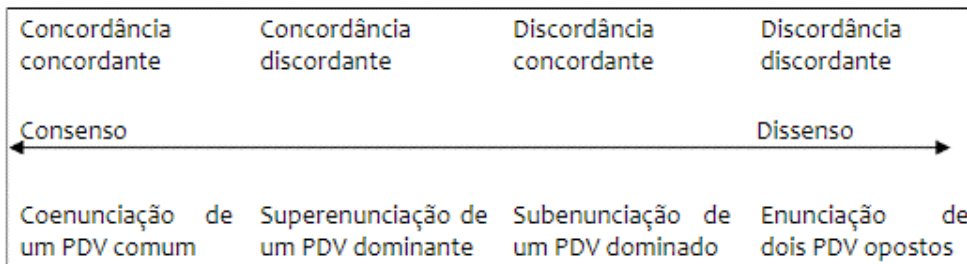
a não RE não é a contraparte da RE, porque a imputação é quem exerce esse papel. É no nível inferior da exploração pragmática das imputações que L1 / E1 precisa se ele está em desacordo com o PDV imputado, se ele o considera, sem tomar partido, explicitamente (o que nomeamos “neutralidade” ou RE zero), ou se ele está em acordo com o PDV. (RABATEL, 2016a, p. 94-95).

Como vemos, admite-se três possibilidades de envolvimento do L1/E1 com o conteúdo dos PDV imputados a outros enunciadores: uma “quase RE”, nos casos em que houver a imputação do PDV seguida da manifestação do acordo pelo L1/E1, isto é, embora não seja esta instância enunciativa a fonte do dizer, ela toma partido e expressa a RE, pela via da adesão ao PDV do enunciador segundo (e2); o desacordo, quando há a refutação do PDV; e a neutralidade, quando não se pode definir o que pensa o L1/E1 em relação ao PDV imputado. Já dissemos que, para o autor, a neutralidade tem duração provisória, pois “se afastar do seu dizer não indica uma

ausência de PEC [*prise en charge énonciative*], mas uma tática de legitimidade que consiste em se apoiar sobre um responsável externo”² (RABATEL, 2009, p. 33).

Para o refinamento dessas diferentes formas de posicionamentos do L1E1 nos contextos de imputação, Rabatel (2016b) propõe as posturas enunciativas (Fig. 3), o que nos dá mais precisão na compreensão da dimensão interacional dos pontos de vista e do papel do enunciador neste processo (RABATEL, 2013).

Figura 3: A trama das relações entre consenso e dissenso.



Fonte: Rabatel (2016b, p. 203). Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1328/1089>

Entendendo que há estados intermediários ou uma espécie de gradação entre os polos do consenso e do dissenso, o autor distingue as posturas enunciativas da seguinte forma:

a *coenunciação* como concordância concordante, isto é, como coenunciação verdadeira, *coconstrução pelos locutores de um PDV comum e partilhado*, que os engaja enquanto enunciadores. A *super-enunciação* corresponde a uma concordância discordante, na medida em que a *coconstrução desigual de um PDV dominante se inscreve em uma forma aparente de acordo, deportando a significação nova*. [...] Quanto à *sub-enunciação*, ela decorre da discordância concordante, posto que a *coconstrução desigual de um PDV dominado volta a dizer que o PDV efetivamente coconstruído não é partilhado pelos dois enunciadores*, e que eles fazem entender essa discordância, à sua vontade ou sem seu conhecimento. (RABATEL, 2016b, p. 203, grifos nossos).

De posse desses dispositivos teóricos, no âmbito da ATD e da teoria do ponto de vista, podemos pensar que nos gêneros do discurso jornalístico, como a notícia e a reportagem, o locutor marca linguística e estrategicamente, portanto, a origem das informações proferidas, como forma de garantir efeitos de verdade e de credibilidade. Já não ocorre da mesma forma com o artigo de opinião e o editorial, nos quais importa saber o que pensa o L1/E1 a respeito dos pontos de vista

² [...] s'effacer de son dire n'indique pas une absence de PEC, mais une tactique de légitimation qui consiste à s'appuyer sur un garant externe.

alheios que ele coloca em cena para fundamentar o seu; importa saber exatamente qual o seu lugar de fala, suas convicções a respeito de um tema, seus valores etc.

Frente ao conjunto de categorias e marcas linguísticas suscetíveis de indicar o grau de RE, delimitamos, neste trabalho, as modalidades e as indicações de quadros mediadores (ou mediativo). A escolha dessas categorias, em particular, remete ao fato de o discurso jornalístico se caracterizar por vezes como informativo e outras vezes como opinativo, podendo haver a imputação da RE, com o distanciamento do jornalista, por meio da indicação de quadros mediadores, mas também valorações apreciativas que, mascaradas sob a suposta objetividade do relato informativo, revelam o horizonte social do jornal (sua visão de mundo, seus valores), do qual o jornalista pode se passar como um simples porta-voz.

Para efeito de síntese, agrupamos as marcas linguísticas referentes às modalidades e ao mediativo, conforme segue:

Quadro 2: Marcas linguísticas de modalidades e das indicações e quadros mediadores.

CATEGORIA	MARCAS LINGUÍSTICAS
Modalidades	Modalidades sintático-semânticas maiores: Téticas (asserção e negação) Hipotéticas (real) Ficcional e Hipertéticas (exclamação) Modalidades objetivas Modalidades intersubjetivas Modalidades subjetivas Verbos e advérbios de opinião Lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos
Indicação de quadros mediadores	Marcadores como <i>segundo, de acordo com e para</i> Modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito Escolha de um verbo de atribuição de fala como <i>afirmam, parece</i> Reformulações do tipo <i>é, de fato, na verdade, e mesmo em todo caso</i> Oposição do tipo <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y</i> etc.

Fonte: elaborado pelos autores do presente artigo. Adaptado (um recorte) de Passeggi *et al.* (2010, p. 300-301).

A operação de modalidade já aparecia nas reflexões de Culioli (1990), significando a expressão do ponto de vista do enunciador, assumindo ou distanciando-se daquilo sobre o que enuncia, a depender do modal atribuído. A fim de melhor entendermos essa categoria para análise da RE, retomamos o trabalho de Neves (2012), que se baseando no referido autor, concebe a modalidade como “o resultado da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro So,

sujeito da enunciação”, e assim caracteriza “o ponto de vista do sujeito enunciador sobre aquilo que enuncia; assumindo o conhecimento construído ou se distanciando dele, dependendo do valor modal que lhe vai atribuir.” (NEVES, 2012, p. 69). Portanto, para fins de sinalização do grau de RE, o locutor- enunciador manifesta para mais ou para menos a assunção do conteúdo do predicado, ou seja, ele pode validar ou não as relações predicativas (CULIOLI, 1990).

Em nossas análises da modalidade, também nos fundamentamos em Neves (2012), que propõe três tipos de valores modais: o epistêmico, deôntico e apreciativo. A autora classifica esses valores da seguinte forma: a) o valor epistêmico: “corresponde à constatação de que um determinado estado de coisas É ou NÃO É”; b) o valor deôntico: “corresponde ao desejo de que um determinado estado de coisas SEJA ou NÃO SEJA”; c) o valor apreciativo: “corresponde à apreciação sobre um estado de coisas como DESEJÁVEL ou INDESEJÁVEL.” (NEVES, 2012, p. 70-71). Vale ressaltar que a autora ainda classifica as modalidades de valor epistêmico como uma gradação, cujas expressões podem aumentar ou não a validação ou distanciamento do enunciador.

Quanto ao mediativo, retomaremos para a análise do *corpus* o estudo de Guentchéva (1994) no qual Adam (2011) se baseia quando situa tal fenômeno entre as categorias que marcam a RE. A autora se refere ao mediativo para designar que determinadas marcas da língua “permitem ao enunciador significar os diferentes graus de distância que ele toma com respeito às situações descritas, já que ele as distinguiu de maneira mediada.”³ (GUENTCHÉVA, 1994, p. 08, tradução nossa). Além disso, tal como Neves (2012), assumimos que o mediativo pode ser relacionado à modalidade epistêmica, por se situar no domínio do não certo (representando a não assunção ou assunção parcial, por meio de verbos epistêmicos *dever, poder*; advérbio *talvez*) e por expressar o distanciamento enunciativo, uma vez que o L1/E1 recorre a outra fonte para a validação do enunciado.

Reportando-se precisamente ao caso do mediativo na língua francesa, com foco nos tempos verbais, Guentchéva (1994) afirma que nem todas as línguas apresenta unidades gramaticais específicas (morfemas) para marcar o distanciamento do L1/E (como é o caso do português e do francês, por exemplo). Ainda assim, variando de uma língua para outra, esse

³ [...] qui permettent à l'énonciateur de signifier les différents degrés de distance qu'il prend à l'égard des situations décrites puisqu'il les a perçues de façon médiate.

fenômeno pode ser expresso por grupos semânticos ou palavras a partir de três valores indicativos de que o conteúdo do ponto de vista está sob a dependência de uma outra fonte enunciativa, quais sejam:

- 1) Fatos relatados: relato de estados ou eventos – relacionam-se aos conhecimentos geralmente admitidos ou transmitidos pela tradição, por uma terceira pessoa ou simplesmente por se ouviu dizer;
- 2) Fatos inferidos: dedução, indução, abdução – referem-se às inferências resultantes de uma observação e de um raciocínio;
- 3) Fatos de surpresa: demonstração de espanto ou surpresa – refere-se à expressão do valor administrativo.

Com base nas reflexões teóricas da autora, entendemos que cada língua pode estabelecer em seu próprio sistema gramatical a forma como o enunciador vai marcar formalmente o grau de envolvimento em relação aos fatos relatados. A ideia de grau sugere que a possibilidade de um *continuum*, em que as diferentes línguas permitem que o enunciador possa sinalizar seu engajamento ou distanciamento em relação às situações descritas. No caso do mediativo, esse envolvimento é de distanciamento e não requer o comprometimento do enunciador com a verdade ou falsidade dos fatos relatados, pois não expressa a sua tomada de posição sobre um ato de fala. Disso podemos concluir que o enunciador não assume a responsabilidade pelo conteúdo do ponto de vista proferido.

6 Reconstrução do contexto de produção da notícia e o estabelecimento do texto para análise

A notícia selecionada para análise neste artigo foi publicada no dia 17 de fevereiro de 2020, pela revista *Claudia*, sendo uma atualização da publicação feita em 22 agosto 2019, segundo informação da Redação, inscrita abaixo do topo da notícia. Esta traz como título “Mulher é impedida de entrar em carro de aplicativo por causa do peso” e como subtítulo “Depois do caso, mulheres se reuniram em Salvador para protestar contra a gordofobia”.

A notícia circulou em formato *online* e relata o caso ocorrido com Joyce dos Santos, que foi impedida de entrar em um carro de aplicativo por conta do seu peso, tendo isso causado a reação de outras mulheres, em protesto contra a gordofobia. Pois foi assim designado o caso no texto da notícia: “um episódio de gordofobia”.

Por gordofobia, de modo bem geral, entende-se o preconceito, a intolerância ou a aversão contra o corpo gordo, o que acarreta dificuldades em diferentes níveis de vida da pessoa gorda em sociedade, desde os sociais e psicológicos, nas relações interpessoais, como a falta de acesso à saúde adequada, transporte, vestuário e lugares (assentos nos mais diversos locais que caibam esses corpos).

Tento em vista a origem do texto em questão, tanto no sentido de ser de autoria de uma revista destinada ao público feminino quanto na relação dele com os entornos social, histórico e cultural, podemos dizer que seu conteúdo temático suscita a possibilidade de debates, por inscrevê-lo no cerne de uma problemática cara à sociedade atual. Assim sendo, este elemento, em sua íntima relação com a estrutura composicional e com o estilo verbal para a construção do gênero (BAKHTIN, 2016), é por demais relevante na análise textual-discursiva que propomos.

Uma vez que o texto não existe fora do olhar que lançamos sobre ele, e que o seu estabelecimento é uma das primeiras condições para propiciar a análise (ADAM, 2011, 2010), vamos considerar a versão da notícia disponível em formato *online* e não suas possíveis aparições em outras mídias, seja pela mesma revista, seja por outras fontes.

7 Análise do corpus

Considerando as informações de ordem contextual apresentadas, reproduzimos abaixo, na íntegra, o texto da notícia recortada como *corpus* de análise neste trabalho, para, em seguida, fazermos nossos apontamentos de descrição da materialidade do dizer e de interpretação dos efeitos de sentido, conforme os objetivos propostos.

Mulher é impedida de entrar em carro de aplicativo por causa do peso
Depois do caso, mulheres se reuniram em Salvador para protestar contra a gordofobia



Joyce Santos passou por um episódio de gordofobia envolvendo um motorista do aplicativo 99, que negou levá-la em seu carro por causa do seu peso.

Depois de pedir o carro, Joyce percebeu que o motorista passou reto pelo ponto de encontro marcado no aplicativo e, então, enviou uma mensagem através da plataforma questionando o que havia acontecido. “Como é que você passa por mim? Chamo e você não para”, escreveu ela. “Vai andando, querida, para emagrecer.”, respondeu o motorista.

No último domingo (18), o coletivo Vai Ter Gorda reuniu mulheres nas ruas de Salvador para protestar contra o caso. As mulheres tiraram fotos na praia, fizeram um piquenique e conversaram sobre o caso.

O coletivo foi criado em 2016 com o objetivo de lutar contra a gordofobia, aumentar a autoestima das mulheres gordas e reivindicar políticas públicas em prol da inclusão social.



A assessoria da 99 afirma que o motorista está bloqueado no aplicativo e que a empresa se dispõe a ajudar a polícia nas investigações do caso. Leia a nota de esclarecimento na íntegra:

A 99 recebeu, por meio das redes sociais, o relato grave da passageira Joyce dos Santos, que teve sua corrida negada por um motorista da plataforma. A empresa lamenta profundamente a situação, e reitera que repudia qualquer tipo de discriminação e tem uma política de tolerância zero em relação a isso.

A 99 orienta e sensibiliza seus motoristas parceiros a atenderem passageiros com gentileza e respeito. Em seus termos de uso, a empresa ressalta que motoristas parceiros não podem discriminar ou selecionar passageiros por quaisquer motivos, além de tratá-los com boa fé, profissionalismo e respeito.

Uma equipe especializada foi mobilizada para apurar o caso de Joyce e está buscando contato com a passageira para lhe dar apoio e acolhimento. Enquanto isso, o motorista foi bloqueado. A 99 está disponível para colaborar com a investigação da polícia.

A 99 reitera que investe continuamente para prevenir esse tipo de situação. A empresa realiza periodicamente rodas de conversa para orientar motoristas parceiros a terem postura de respeito e gentileza com todos. Além disso, uma nova plataforma de cursos para 100% dos motoristas com foco em diversidade e cidadania foi lançada e está disponível presencialmente e online. O primeiro módulo é sobre combate à LGBTQIA+ fobia. Os próximos, sobre assédio e racismo estarão disponíveis neste mês.

Passageiros ou motoristas que tenham sofrido qualquer forma de discriminação devem reportar imediatamente para a empresa, por meio de seu app ou pelo telefone 0800-888-8999, para que medidas corretivas sejam adotadas. Trabalhamos 24 horas por dia, 7 dias por semana, para cuidar exclusivamente da proteção dos usuários. A 99 continua à disposição para qualquer esclarecimento.

Fonte: Site Claudia. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/mulher-impedida-entrar-carro-por-causa-do-peso/>.

Inicialmente, podemos destacar que a construção dos objetos do discurso se dá a partir dos sintagmas nominais referentes aos 4 (quatro) personagens principais focalizados na notícia: a mulher (Joyce), o motorista, as mulheres (do coletivo) e a 99. Os referentes de retomada não são tão variados ao longo do texto, havendo uma repetição desses sintagmas ou a substituição deles por pronomes oblíquos e pessoais, e, no caso da 99, a referência ocorre principalmente pelo termo empresa.

Quanto aos modificadores relacionados a esses enunciadores segundo (e2) focalizados no texto pelo locutor-enunciador primeiro (L1/E1 – representando a Redação da revista Claudia, responsável pela notícia), temos, na maioria dos exemplos destacados, circunstâncias verbais dos predicados, que indicam aspectos de luta contra a gordofobia e a discriminação sofrida pela vítima, bem como o repúdio a qualquer tipo de discriminação. A seguir, relacionamos os referentes, as designações, modificadores das predicções a eles atribuídos pelo texto da notícia e as Rd decorrentes.

Quadro 3: A construção das Rd na notícia sobre o episódio de gordofobia

INSTÂNCIA ENUNCIATIVA	OBJETOS DO DISCURSO (REFERENTES)	DESIGNAÇÃO DOS REFERENTES	PREDICAÇÕES E MODIFICADORES	REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS (Rd)
A Redação da revista Claudia	Mulher	Joyce dos Santos Joyce	<i>é impedida de entrar em carro de aplicativo por causa do peso</i> <i>passou por um episódio de gordofobia</i>	Vítima
	<i>Um episódio de gordofobia</i>	O caso	<i>[interdição/proibição] de entrar em carro de aplicativo por causa do peso</i> <i>[recusa/negação de] levá-la em seu carro por causa do seu peso.</i>	Gordofobia Exclusão social
	Um motorista do aplicativo 99	O motorista	<i>Negou levá-la</i> <i>passou reto pelo ponto de encontro marcado no aplicativo</i> <i>está bloqueado no aplicativo</i>	Responsável pelo caso – o episódio de gordofobia Alvo da punição do aplicativo e das investigações do caso

O Coletivo Vai Ter Gorda	O coletivo	<u>reuniu mulheres nas ruas de Salvador para protestar contra o caso</u> <u>criado em 2016 com objetivo de lutar contra a gordofobia, aumentar a autoestima das mulheres gordas e reivindicar políticas públicas em prol da inclusão social</u>	Responsável por conduzir o protesto contra o caso Responsável por combater a gordofobia, aumentar a autoestima das mulheres gordas e reivindicar políticas públicas em prol da inclusão social
Mulheres [do coletivo]	As mulheres	<u>se reuniram em Salvador para protestar contra a gordofobia</u> <u>tiraram fotos na praia, fizeram um piquenique e conversaram sobre o caso</u>	Responsável pela efetivação do protesto contra o caso
Mulheres gordas	O coletivo foi criado em 2016 com objetivo de lutar contra a gordofobia, <u>aumentar a autoestima das mulheres gordas</u> e reivindicar políticas públicas em prol da inclusão social.	-	Autoestima baixa
A 99	Assessoria da 99 O aplicativo A empresa	<u>afirma que o motorista está bloqueado no aplicativo</u> <u>se dispõe a ajudar a polícia nas investigações do caso</u>	Responsável pelo aplicativo de motoristas Responsável pela providência (punição) contra o motorista Aliado nas investigações

Fonte: elaborado pelos autores do presente artigo.

Do ponto de vista da instância enunciativa, o L1/E1, fica evidente que se trata de um episódio de gordofobia que teve como vítima Joyce Santos e como responsável o motorista do aplicativo 99. Discursivamente, o episódio é representado como exclusão social, pela recusa do motorista de levar a mulher em decorrência de seu peso (ele “passou reto”, não parou o carro). Assim, foi a condição de ser uma mulher gorda que a impossibilitou o acesso ao serviço de transporte ofertado pelo aplicativo 99. O “caso”, como é designado ao longo do texto, ressoa também como preconceito ou discriminação social, uma vez que uma pessoa recebeu tratamento

diferente (inferior, negativo) por causa de seu peso, segundo atesta a fala do motorista narrada pela própria mulher na mensagem de denúncia e também reportada em discurso direto no texto da notícia – “Vai andando, querida, para emagrecer”.

Tendo em vista as diferentes Rd construídas via designação dos referentes e modificadores a estes atribuídos, podemos dizer que, quanto à dimensão argumentativa, o texto da notícia vai além da ação de linguagem (visada ou objetivo) de simplesmente noticiar um fato ruim sobre injustiça. A eficácia da ação sociodiscursiva da revista, isto é, o ato de discurso ilocucionário e orientação argumentativa (ADAM, 2011), procede em função de diferentes fatores:

- i) em primeiro lugar, pela assimilação do caráter da revista de colocar em pauta assuntos de interesse fundamental para a vida das mulheres, sendo, pois, uma instância discursiva com suposta influência no mundo feminino;
- ii) em segundo lugar, por dar margem para um certo tom de denúncia social a partir das duas representações discursivas construídas logo no título da notícia – “Mulher é impedida de entrar em carro de aplicativo [Rd de exclusão] por causa do peso” [Rd de preconceito ou discriminação], as quais, por sua vez, se associam imediatamente à Rd gordofobia construída acerca do tema tratado;
- iii) em terceiro lugar, por representar, pela via do discurso direto, as vozes que interessam ser “escutadas” na situação de interação social em questão – a voz da mulher gorda dada como vítima (em seu questionamento legítimo), a do motorista (em seu ato de exclusão/discriminação), a da empresa responsável pelo aplicativo (em seu esclarecimento e providências diante do caso);
- iv) e, ainda, por último, por encenar uma voz de importante força no texto e que se funde com os interesses do L1/E1, efetivada por meio das duas fotografias relativas ao protesto, sobretudo a que traz em cartaz as hashtags #vai ter gorda e #respeita.

Ao que parece, então, o leitor encontra no próprio cotexto os dados necessários para interpretar o episódio que se passa com Joyce como um caso explícito de gordofobia. A cadeia significativa do texto, materializada sob a mediação de pelo menos duas semioses (o texto escrito e as duas imagens em tamanho relativamente grande), não dá lugar para dúvidas quanto a isto. A propósito, Adam (2011, p. 53) mesmo é quem afirma que “se o cotexto está disponível e se ele se mostra suficiente, o interpretante não vai precisar buscar em outro lugar.”.

Não por acaso, a palavra gordofobia aparece em 03 (três) momentos distintos e relevantes do texto: 1) abaixo do título da notícia, corroborando a leitura que este sugere; 2) no parágrafo de

abertura da narração do episódio, trazendo as informações relativas ao “o quê”, “onde”, “como”, “com quem”; e 3) no enunciado que antecede o fechamento da narrativa, quando é tratado acerca do movimento social que se manifestou contra o caso. Nesses termos, ao “episódio” é atribuído enfaticamente o elemento modificador “de gordofobia”, o qual é validado enquanto tal pelas reações de outras mulheres gordas em protesto.

Os entornos sócio-histórico, político, cultural e ideológico desta notícia nos cobra saber que a revista *Claudia* pode ser pensada como uma entre as muitas instâncias discursivas no âmbito das mídias com força para notificar casos de injustiça social e que, ao fazê-lo, situa seus pontos de vista na direção de diversas outras pautas de interesse geral. Mas é do lugar de revista feminina que tal força opera mais impetuosamente, pois essa formação sociodiscursiva reconfigura a identidade da mulher em novos cenários da sociedade moderna, esta que a faz, cada vez mais, aspirar e lutar por independência, liberdade e poder.

Nessa direção, observamos que as Rd construídas no texto em função do episódio de gordofobia narrado na notícia se sustentam numa rede de relações interdiscursivas, de tal modo que nos permite construir os seguintes efeitos de sentido: as mulheres gordas são vítimas de exclusão e discriminação social; este grupo social jaz em situação de baixa autoestima e de vulnerabilidade, a ponto de precisar lutar em prol de justiça social e carecer do apoio e do acolhimento de outras frentes de luta (movimentos, grupos ou entidades, como o coletivo “Vai Ter Gorda” e a empresa 99); os episódios de gordofobia precisam ser denunciados (como fez Joyce ao enviar mensagem ao aplicativo) e, principalmente, sofrer dos órgãos ou setores competentes as medidas cabíveis (o bloqueio do motorista, os esclarecimentos ao público e a apuração do caso, no caso da empresa).

As condições de produção da notícia nos autorizam, portanto, o entendimento de que os episódios de gordofobia precisam ganhar proporções maiores e chegar ao conhecimento geral, ao serem notificados pelas mídias sociais. É neste ponto que a materialidade textual da notícia constrói uma Rd positiva da própria revista *Claudia*, por fazer ecoar sua voz firmada no lugar socioideológico de revista feminista atenta à pauta da modernidade e à agenda para os próximos anos, no que tange à paz, à justiça social e à eficiência das instituições.

Em sua “enunciação objetivamente” (RABATEL, 2016a), mas não imparcial ou neutra (VOLÓCHINOV, 2017), o texto da notícia encena um modo prototípico de gestão das outras vozes em gêneros desta natureza, como também de organização da textura e do plano de texto (ADAM, 2011), da estrutura composicional, do estilo verbal (BAKHTIN, 2016), entre outros aspectos.

Entretanto, como já aludimos, isto não se faz por acaso. Todo o conteúdo do texto é expresso na chamada linguagem objetiva, impessoal, evidenciando o distanciamento enunciativo por parte de quem o escreveu, em um estilo próprio do gênero. Não é um autor (um jornalista específico) que está na fonte dos pontos de vista relatados, mas sim uma instância discursiva, a Redação, o que nos permite inferir que se trata da manifestação da responsabilidade enunciativa coletiva, pelo fato de a autoria da notícia ser representada por todos aqueles que fazem a revista. Do ponto de vista legal, sabemos que a equipe da revista também é quem responde por tudo o que disse.

Há algumas passagens no texto sinalizadoras da indicação de quadro mediador (mediativo) e da focalização perceptiva (ADAM, 2011), significando que esse L1/E1 não é o responsável pelo conteúdo relatado, quais sejam: a mensagem de Joyce, a fala do motorista dirigida a ela e a nota de esclarecimento emitida pela Assessoria da 99. Em relação às mulheres do coletivo, temos o mediativo de fato relatado, pois a Redação da revista atribui o dizer e ações ao coletivo, relatando o que foi feito após o caso com Joyce. Nesses contextos linguísticos, temos a imputação dos pontos de vista, pelo fato de o L1/E1 atribuir a outrem o conteúdo proposicional relatado (RABATEL, 2016a). Os dizeres e fatos são, pois, atribuídos a esses 04 (quatro) personagens apresentados ao longo da notícia.

Ainda no tocante à responsabilidade enunciativa, dizemos que a enunciação do L1/E1 não é imparcial nem indiferente ao conteúdo tratado. Mesmo na aparente objetividade, determinadas escolhas linguísticas para a construção dos pontos de vista são reveladoras de engajamento subjetivo, isto é, de uma tomada de posição socioideológica frente ao caso. Na notícia, vemos que a forma de engajamento beira ao “ensinamento pelo próprio exemplo”, funcionando discursivamente como uma espécie de chamamento para as mulheres e a sociedade como um todo se unirem na luta contra a gordofobia. O quadro a seguir demonstra como as escolhas linguísticas que expressam os pontos de vista suscitam o engajamento ou o distanciamento enunciativo do L1/E1 no texto da notícia. Entendendo que pode haver variações no contínuo de manifestação da subjetividade na linguagem, sinalizamos com “+” as passagens reveladoras de mais engajamento ou mais distanciamento.

Quadro 4: Manifestação de subjetividade pelo locutor-enunciador primeiro na gestão dos pontos de vista

Instância enunciativa focalizada	Marcas linguísticas no texto da notícia	Especificação das marcas	Manifestação de subjetividade pelo L1/E1	
			+	+
			<i>Engajado</i>	<i>Distanciado</i>

L1/E1	<i>episódio de gordofobia; Leia a nota de esclarecimento.</i>	Expressão com conotação negativa; verbo no imperativo.	x	
Joyce Santos	<i>é impedida; por causa do peso; por causa do seu peso; Percebeu que o motorista passou reto; “Como é que você passa por mim? Chamo e você não para’, escreveu ela.”.</i>	Verbo e expressões com conotação negativa; pergunta (modalidade intersubjetiva).	x	
O motorista do aplicativo	<i>negou levá-la, “Vai andando, querida, para emagrecer’, respondeu o motorista.</i>	Verbo opinativo; lexema afetivo em sentido irônico.		x
As mulheres gordas do coletivo	<i>se reuniram; protestar contra o caso; tiraram fotos na praia, fizeram um piquenique e conversaram sobre o caso.</i>	Valor deôntico (contestação).	x	
A nota de esclarecimento da 99	<i>relato grave; corrida negada; motorista da plataforma; lamenta profundamente reitera que repudia qualquer tipo de discriminação; política de tolerância zero; sensibiliza seus motoristas; orienta e sensibiliza; gentileza e respeito; motoristas parceiros não podem discriminar ou selecionar passageiros por quaisquer motivos; tratá-los com boa fé, profissionalismo e respeito; mobilizada para apurar o caso; apoio e acolhimento; o motorista foi bloqueado; disponível para colaborar com a investigação da polícia; investe continuamente para prevenir esse tipo de situação; realiza periodicamente rodas de conversas; postura de respeito e gentileza com todos; foco em diversidade e cidadania; combate à LGBTQfobia; devem reportar imediatamente para a empresa; medidas corretivas; cuidar exclusivamente da proteção dos usuários; continua à disposição para qualquer esclarecimento.</i>	Lexemas avaliativos e afetivos, nomes e expressões com conotação negativa ou positiva; verbo no imperativo com valor modal objetivo (dever).	x	

Fonte: elaborado pelos autores do presente artigo.

A escolha por reportar o episódio sofrido por Joyce e, ao mesmo tempo, o protesto realizado pelo coletivo, trazendo também, na íntegra, a nota de esclarecimentos da empresa, faz com que a revista demonstre indiretamente seu acordo com o ponto de vista de repúdio ao caso e com o entendimento de que a gordofobia deve ser combatida. Nesse sentido, se consideramos a totalidade sógnica (verbal e imagética) que compõe o co(n)texto da notícia, vemos muito claramente que ela expressa a postura de co-enunciação (RABATEL,2016b) em relação aos pontos de vista dos enunciadores segundos focalizados no texto – o de Joyce, o das mulheres gordas e os da empresa. Em decorrência disso, o L1/E1 parece pactuar com o ato de protesto das mulheres gordas e com a providência tomada pelo aplicativo de bloquear o motorista e apurar o caso.

Na direção contrária à fala do motorista – flagrada em tom irônico e grosseiro pela variedade linguística empregada e reportada fielmente via discurso direto –, os pontos de vista construídos ao longo da notícia não emitem qualquer juízo de valor em relação ao corpo gordo, nem manifestam a co-enunciação de forma mostrada/marcada com expressões do tipo “sou contra ele”, “estou de acordo com ela” etc. É na relação indissociável com o contexto de produção do discurso que a dimensão material do texto permite a interpretação dos movimentos de (não) assunção da responsabilidade enunciativa pelo L1/E1 diante dos pontos de vista imputados.

Ao propagar a notícia da forma como o fez, a revista faz saber indiretamente que não comunga com situações de exclusão e discriminação social, tampouco de desrespeito. Posicionando esta notícia numa interação dialógica com a rede de sentidos situada historicamente, a revista, enquanto mídia jornalística representativa do mundo feminino, repercute um ponto de vista coletivo eminentemente contra episódios de gordofobia e favorável às lutas para combatê-los.

Considerações Finais

Considerando nosso propósito de uma análise co(n)textual dos sentidos construídos a partir da materialidade da notícia veiculada em formato *online* sobre um episódio de gordofobia, reiteramos a importância do estudo do texto centrado nos níveis semântico-pragmático, enunciativo e sociodiscursivo, numa articulação entre os planos de análise do texto e do discurso. Esse tipo de análise nos permite refletir sobre como o locutor-enunciador mobiliza procedimentos estratégicos de textualização (como a escolha e ordenação de léxico), como opera a gestão das

vozes de outros enunciadores, como constrói a representação discursiva dos objetos do discurso e como sinaliza a responsabilidade enunciativa.

Desse modo, os caminhos da nossa análise corroboram a hipótese de que as escolhas lexicais (referenciais, verbais, circunstanciais) são realizadas de modo organizado, a fim de estabelecerem uma orientação argumentativa do texto. Essas escolhas semânticas e a construção supostamente distanciada de expressão da (não) assunção da responsabilidade enunciativa, por meio do mediativo, evidenciam que, em relação à notícia, as escolhas não são neutras, mas sim estão veiculadas aos interesses dos participantes da interação. Assim, há uma construção pretendida de sentidos sobre a gordofobia e outras formas de discriminação, além da não culpabilização da empresa pelo ocorrido, numa demonstração de que esse tipo de prática é estrutural, naturalizado historicamente.

Nos limites de seu âmbito teórico e metodológico, o estudo das representações discursivas e da responsabilidade enunciativa, da forma como apresentado aqui, pretende contribuir para uma melhor compreensão desses dispositivos enunciativos e para uma leitura crítica dos diferentes discursos, observando como verbalizam as formas de exclusão/discriminação social e como reagem a elas, seja legitimando-as ou lutando contra.

CRediT

Reconhecimentos: Não é aplicável.

Financiamento: Não é aplicável.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Não é aplicável.

Contribuições dos autores:

Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição. VASCONCELOS, Roberta Guimarães de Godoy e.

Conceitualização, Análise formal, Metodologia; Administração do projeto, Escrita - revisão e edição. BERNARDINO, Rosângela Alves dos Santos;

Conceitualização, Análise formal, Metodologia, Administração do projeto, Escrita - revisão e edição. QUEIROZ, Maria Eliete de.

Referências

ADAM, Jean-Michel. *Textos, tipos e protótipos*. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante [et al]. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e

Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das Silva Neto. 2 ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Por uma colaboração das ciências do estabelecimento do texto (genética, filologia, tradução). In: _____.et al. (Orgs.). *Análises textuais e discursivas – metodologias e aplicações*. São Paulo: Contexto, 2010a, p. 15-43.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 5. ed. Editora Hucitec Annablume. São Paulo, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Opérations et représentations (t1). Paris: Ophrys, 1990.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans temps du français. *Langue Française*. n. 102, 1994, p. 8-23.

NEVES, Janete dos S. Bessa. *Corre voz no jornalismo do início do século XX: estudo semântico-enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios de procedimentos*. 7 ed. Campinas, Pontes, 2007.

PASSEGGI, Luis et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, Marli Quadros; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.

AUTOR, Nome. *Título do trabalho*. Ano. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PPGEL, Natal, Ano.

RABATEL, Alain. *Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue*: Lambert-Lucas, Limoges, 2017.

RABATEL, Alain. *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi, João Gomes da Silva neto. São Paulo: Contexto, 2016a.

RABATEL, Alain. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução: Weslin de Jesus Santos Castro. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul./dez. 2016b. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1328/1089>. Acesso em: 26 fev. 2021.

RABATEL, Alain. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, Wander. (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Tradução: Wander Emeditato. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013, p. 19-66.

RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... *Langue Française – La notion de prise en charge en linguistique*, n. 162, jun, 2009, p. 71-87. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2009-2-page-71.htm>. Acesso em: 06 jun. 2022.

VOLÓCHINOV, Valentim. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLOCHÍNOV, Valentin; BAKHTIN, Mikhail. A palavra na vida e na poesia: introdução ao problema da poética sociológica. In: _____. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. Tradução e revisão: Allan Tadeu Puglise et al. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 147-181.